



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ATA N.º 23

16.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Aos trinta dias do mês de setembro do ano dois mil e dezasseis, nesta cidade de Portalegre, no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre, com a presença dos seguintes membros: Constantina do Rosário Frota Nunes Andrade Henriques, António Adriano Ventura, Jorge Manuel Martins Isidro Domingues, Hugo Chichorro e Silva Capote, João Nuno Cativo Cardoso, Luís David de Moreira Testa, Maria de Fátima Antunes (em substituição de Sara Cidrais Cid, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), José Miguel Moreira Serafim, António Parente (em substituição de Maria da Conceição Barradas Grilo, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Amândio José Valente e Valente, Manuela Pedroso (em substituição de Branca José Janeiro Santana, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís Manuel Neves Pires Barata, Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, Maria da Conceição Ceia Miranda, Ana Maria Soares Lopes, Rui Guerreiro Marques Simplício, Manuel Canhoto (em substituição de Ana Luísa Mieiro Carneiro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís Miguel Páscoa Alentejano, Sílvia Maria Miranda Relvas, Diogo Júlio Serra, Manuel Marques (em substituição de Vera Alexandra Caixeiro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Manuel Joaquim Lacão Carvalho, João Hermínio Henriques Janeiro, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço. -----

A Presidente da Mesa, Constantina Henriques, deu por aberta a sessão eram 21:20 horas. Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal, a Presidente informou os membros da proposta dos tempos definidos para a discussão de cada ponto da ordem de trabalhos, tendo os membros da Assembleia aceite a mesma. -----

Período de Intervenção dos Cidadãos

Não houve nenhuma inscrição, para intervenção, por parte do público, no “Período de Intervenção dos Cidadãos”. -----

Período Antes da Ordem do Dia:

Entrando no período seguinte, a Presidente da Mesa deu conhecimento dos pedidos de representação e de substituição dos membros que não puderam estar presentes. Deu ainda nota da correspondência recebida. Informou ainda que o projeto de Regimento estava disponível na plataforma informática da Assembleia, para que todos quantos quisessem pudessem dar os respetivos contributos, de forma a ser o mesmo discutido e votado na próxima sessão. -----

Jorge Isidro interpelou a Mesa para questionar sobre uma deliberação ali tomada no passado ano, sobre um pedido de auditoria à Câmara e em que situação a mesma se encontrava. -----

A Presidente da Mesa disse que a deliberação tinha sido enviada à Câmara e se a Câmara Municipal não pudesse responder de imediato, responderia por escrito. Todavia disse não se recordar de uma deliberação que tenha por objeto uma auditoria à Câmara. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Mesa perguntou se o membro Jorge Isidro tinha ideia da sessão em que tal deliberação foi aprovada ou se alguém daquela Assembleia podia especificar de que deliberação se tratava, para que ficasse registado.-----

Jorge Isidro disse que iria procurar a ata onde tinha sido deliberada tal decisão e faria depois chegar o pedido por escrito à Presidente da Assembleia. Mais disse que aproveitava a ocasião para juntar ao pedido todas as deliberações que foram tomadas em Assembleia Municipal e que não tiveram seguimento. -----

Hugo Capote interveio de seguida e disse que a CDU desejava por a votação uma moção, que passou a ler:

Moção - CDU

“A energia nuclear tem sido, por vezes, apontada como uma energia limpa e económica e que deve ser considerada como opção a ser tomada pelos diferentes países, incluindo Portugal. Hoje são cada vez mais aqueles que reconhecem que não é assim. A energia nuclear não é renovável nem sustentável. As minas de urânio (material usado nas centrais como combustível) implicam a destruição de habitats, poluição das zonas das minas e das regiões envolventes.

Os acidentes em centrais nucleares têm efeitos catastróficos, basta lembrar de Chernobil ou Fukushima e os resíduos nucleares produzidos nas centrais permanecem perigosos durante largos milhares de anos.

Não existe em nenhum país do mundo nenhuma solução definitiva para os resíduos radiativos, sendo necessário vigiar os depósitos provisórios, constituindo um elevado custo, no presente e futuro.

Aqui ao lado, em Almaraz, permanece em atividade uma central que já há muito ultrapassou o seu período normal de vida. Esta central que tem tido incidentes com regularidade, com situações em que já foram medidos níveis de radioatividade superiores ao permitido, representa um perigo enorme para Portugal e em particular para os distritos de Portalegre e Castelo Branco, uma vez que está situada na província de Cáceres e a 100 km do distrito de Castelo Branco e 130 do distrito de Portalegre.

Almaraz, que devia ter encerrado em junho de 2010, continua em funcionamento devido ao facto de o Governo Espanhol ter, contrariamente às anteriores intenções, prolongado o prazo de funcionamento da central por mais 10 anos, até junho de 2020 e decidiu agora executar e montar um armazém temporal individualizado para ali alojar o combustível usado pelos reatores da Central.

Por todas estas razões, é preciso exigir o encerramento de Almaraz.

O Governo Português deve intervir junto do Governo Espanhol e de outras instâncias internacionais para que se proceda ao encerramento da Central Nuclear de Almaraz!

Apesar da contestação e protesto das populações e de diversas organizações ambientalistas o facto é que o perigo continua a pairar sob a nossa região.

Pelas razões apontadas, a Assembleia municipal de Portalegre, reunida a 30 de setembro de 2016, decide:

- a) Saudar as organizações e plataformas ambientalistas e as populações que organizaram com êxito, no passado dia 11 de junho, a marcha verde, pelo encerramento imediato de Almaraz;
- b) Apoiar as posições dos ambientalistas portugueses e espanhóis que visam o encerramento da central nuclear e apelar ao Governo Português para que aumente a pressão sobre o Governo Espanhol, de forma a conseguir garantir a segurança de Portugal e para precaver uma possível contaminação radioativa do rio Tejo;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- c) Recomendar ao Governo da República que tome as medidas necessárias junto do Estado Espanhol e das instituições europeias para o encerramento definitivo da central nuclear de Almaraz.”

João Cardoso disse que o CLIP se associava à preocupação apresentada, pois era um perigo latente para a região.-----

Rui Simplício, em nome do PS, referiu que aquela tinha sido uma luta que o próprio já tinha travado há muitos anos. Era com grande prazer que se associavam também à moção apresentada pela CDU, mas salientou que o distrito de Portalegre também fazia parte da bacia do Tejo e que a CELBI estava a funcionar pior e a poluir cada vez mais o rio Tejo.-----

Cristóvão Crespo disse que era consensual o facto de Portugal nunca ter avançado com a adesão à tecnologia nuclear e que o PSD concordava basicamente com os princípios daquela moção e que a situação em causa devia ser tratada a nível de governos e das relações externas do país.

Jorge Isidro disse que também concordava com a moção e associava-se favoravelmente à votação.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar a moção apresentada pela CDU.-----

Hugo Capote solicitou à Mesa, que a moção fosse enviada ao Governo e à comunicação social.

Diogo Júlio interveio para questionar a Presidente da Câmara sobre uma preocupação sua, uma vez que um jornal local, em 22 de junho passado havia publicado um extenso artigo de um cidadão, Gastão Marques, que foi responsável pelo ICTVR. Naquele texto, o autor fez uma série de acusações, quer ao Município, quer a entidades que estiveram na gestão do ICTVR, e tais acusações não podiam ficar sem resposta. A ideia que aquele cidadão transmitiu foi que a Câmara anterior não tinha assumido um conjunto de responsabilidades, nomeadamente nem tinha chegado a levar à reunião do executivo decisões que alguém havia tomado, relativamente aos terrenos onde iriam ser instalados os equipamentos do ICTVR e que estariam dados como direito de superfície à entidade. Que havia o comprometimento da Câmara Municipal em assumir os custos da componente nacional das obras, em cerca de um milhão de euros. Mais se podia ler naquele artigo que toda a situação do ICTVR se tinha ficado a dever a um boicote na sua gestão, sem poder honrar compromissos assumidos com várias empresas. Posto aquilo, a Câmara teria certamente tomado conhecimento das acusações e a pergunta que se impunha era se a verdade da Câmara seria reposta, ou não. Pessoalmente, entendia que tanto a Câmara, como as entidades envolvidas e os concidadãos não podiam ficar com a ideia de que aquele cidadão é que era a vítima da situação.-----

A Presidente da Câmara, relativamente à questão anterior, disse que no *timing* certo a Câmara iria responder, porque o assunto não poderia ficar em branco.-----

Rui Simplício perguntou à Presidente da Câmara se havia alguma novidade em relação à Escola de Formação da GNR, visto ter cá estado a Ministra da Administração Interna e o Presidente da República-----

A Presidente da Câmara congratulou-se com a vinda do Presidente da República, o qual veio cá duas vezes, num curto espaço de tempo. Relativamente à Escola de Formação da Guarda foi informada que viria um contingente de 300 pessoas. Inicialmente estavam previstas 600



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

mas, devido a questões financeiras, houve um corte substancial. Também houve corte a nível da PSP, que de 700 passou para 300. Em relação ao espaço, perguntou diretamente à Senhora Ministra se haveria a requalificação do espaço e o que lhe foi referido foi que atualmente existiam dificuldades para efetuar qualquer intervenção. Quanto ao muro do quartel, disse que as obras estavam em fase de adjudicação. Adiantou ter manifestado outras preocupações, como o caso do edifício onde se encontra a PSP, o qual está classificado como Palácio e tem atualmente graves problemas no telhado. Contudo, foi-lhe confirmado que seria muito difícil qualquer intervenção do género. Relativamente ao Convento de Santo Agostinho, propriedade do Municipal, disse que era um edifício bastante antigo, que estava cedido à GNR desde 1911, que a manutenção tem sido feita pela Guarda, com parceria camarária e para o qual se está a desenvolver uma candidatura para se efetuarem as intervenções necessárias, o mais brevemente possível. Referiu ainda que o responsável pelas infraestruturas da GNR comentou com a Ministra e os presentes no local que na Igreja do Convento de S. Bernardo havia um dos arcos que estaria em perigo e que podia colapsar a qualquer momento. Na sua opinião, deveria apelar-se à tutela e aos governantes para a situação daquele património único, que era de todos. -----

Hugo Capote disse lamentar que dos 600 formandos tivessem passado para metade e esperava que fosse somente devido às contingências financeiras. Em relação ao artigo escrito pelo professor Gastão disse que apesar de ser verdade que a Presidente da Câmara não seria responsável naquele assunto, foi visada pelo mesmo quando referiu que aquando da mudança de elenco camarário tinha havido um bloqueio à atividade do ICTVR. Perante tal, perguntou para quando e de que forma é que podiam contar com a resposta ao professor, uma vez que já tinham passado três meses depois do artigo ter sido publicado e nada ter sido dito. Por último, perguntou se era verdade que o Castelo de Portalegre estaria numa lista para ser cedido a privados.-----

A Presidente da Câmara entendia ser contraproducente fazer qualquer observação, pois encontrava-se a decorrer um processo em Tribunal da Fundação Robinson, contra o ICTVR. Ressalvou que era a Câmara a visada e que enquanto responsável pela mesma também se considerava visada. Contudo, lembrou que quando tomou posse já o professor Gaspar não estava à frente do ICTVR. Portanto, não se revia no que foi referido. Obviamente que a Câmara não iria ficar sem responder, mas teria de ser oportunamente.

Quanto à questão do Castelo, informou que tinha sido pedido uma listagem de todos os edifícios devolutos, ou que não estivessem em uso pleno, passíveis de serem utilizados para fins turísticos. Os serviços camarários elaboraram uma lista em que constava o Castelo de Portalegre e outros edifícios, que consideravam importantes e que também deviam constar naquela escolha feita pelo governo, como o Mosteiro de S. Francisco. Mais disse que teve oportunidade de falar com a Ministra, no sentido de a sensibilizar para o estado daquele edifício, porque sendo um imóvel do Ministério da Defesa estava, atualmente e desde que de lá saiu a CERCÍ muito vandalizado. Foram enviados vários ofícios às entidades competentes e estas mandaram fechar parte dos claustros do Convento. Mais disse ter falado com Diretora Regional para que houvesse sensibilidade, quer da parte da Secretaria de Estado do Turismo, quer da Cultura, para que o imóvel pudesse constar daquela lista de eleitos. Embora ficassem contentes com a escolha do Castelo, referiu que o mesmo era gerido pela Câmara que lá fez intervenções aquando do programa Polis e que tinham uma candidatura, bem como um projeto para estabilização do imóvel. Na sua opinião, existiam outros equipamentos prioritários, devido ao volume de intervenção necessário. -----

Rui Simplício questionou se o Mosteiro de S. Francisco estava à venda. -----

A Presidente da Câmara disse que de facto numa determinada lista aquele imóvel tinha aparecido à venda, mas depois foi retirado. No entanto não podia precisar exatamente o que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

tinha acontecido, embora a Diretora Regional da Cultura lhe tivesse dito que S. Francisco poderia entrar na referida lista. -----

Luís Testa disse que em tempos houve uma lista de património de edifícios militares que ainda não tinham sido desclassificados e portanto eram propriedade do Ministério da Defesa, que posteriormente os colocou numa lista para serem alienados. Era também verdade que existiu um lapso que originou várias preocupações porque, numa primeira fase, o imóvel que aparecia na lista era S. Bernardo. Entretanto percebeu-se o erro e substituíram aquele equipamento por S. Francisco. No entanto, o Convento de S. Francisco tinha um problema que não permitia ainda que fosse integrado naquela lista, pois ainda era considerado como edifício militar. Daquele modo, ainda não podia ser concessionado para fins turísticos. -----

Cristóvão Crespo disse que o Ministério da Defesa tinha tido a iniciativa de ver quais eram os equipamentos que lhes serviriam para fins militares e, a partir dali, fizeram um levantamento nacional para saber os que eram passíveis de ser alienados ou que estavam protocolados com outras entidades (GNR, PSP). Referiu que o Mosteiro de S. Bernardo estava naquela circunstância. Os edifícios não estavam propriamente à venda, embora nos 10 últimos anos tenham assistido à vontade do Estado de alienar património que não estava ao serviço, tentando rentabilizar os mesmos e evitando a sua degradação. -----

Luís Testa disse ser necessário fazer uma precisão na intervenção anterior porque, de facto, quando um edifício classificado para fins militares era alienado, o objeto da sua utilização extinguia-se com a própria alienação e não com a concessão, porque não era transmitida a propriedade. Portanto, se o objetivo for a alienação do edifício não havia qualquer problema, visto ser para fins militares; contudo se o objetivo for para concessão, seria imperativo desclassificá-lo, quanto ao seu uso, para se poder concessionar. -----

A Presidente da Câmara informou que, naquela questão, se tratava de uma concessão e que os ofícios que se tinham enviado foram para a Direção Geral do Tesouro e Finanças, que tutelava aquele património. -----

João Cardoso disse que a cidade precisava de ver muitos daqueles edifícios, que eram do Estado, rapidamente recuperados. Apontou, entre outros, os exemplos da Quinta do Bonfim, do Sanatório, da Pousada da Juventude, que estão devolutos. A Câmara devia igualmente vender ou concessionar edifícios devolutos de que era proprietária. Portanto, todas as condições deveriam ser dadas para, quer em termos de concessão, quer em termos de venda, os edifícios devolutos fossem conservados e devolvidos ao uso público. -----

Rui Simplício perguntou à Presidente da Câmara se existia interesse em vender a Quinta da Saúde e se já a tinham mandado avaliar, pois era um edifício com potencialidades turísticas mas que estava muito degradado. -----

A Presidente da Câmara respondeu que já tinham sido feitas várias avaliações e estavam a fazer um procedimento para levar a reunião camarária, para se por novamente em alienação o espaço. -----

Cristóvão Crespo, em relação às declarações que a Presidente da Câmara fez à comunicação social, disse que na prática era tudo ao contrário do que a mesma afirmou. A Presidente fixou-se em três eixos: investidores, requalificação e espaço público. Ora, o investimento era inexistente. Afinal qual o contributo que o executivo deu para o investimento? Os documentos confirmavam que era assim, tanto que o Resort da Abrunheira tinha documentos de 2008. A Serraleite e a Jerónimo Martins também remetiam para passado. A questão da requalificação remetia para o exemplo emblemático do prédio da Rua 5 de Outubro, pois o mesmo só foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

reconstruído ao fim de dez anos. Quanto aos espaços públicos, o que acontecia era que se os mesmos incomodassem eram fechados e assim resolvia-se o problema.

Encerrado o período anterior passou-se então ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA.**

1 - Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Dada a palavra à Presidente da Câmara, a mesma disse estar a disposição de qualquer membro da Assembleia para qualquer esclarecimento e dar nota dos esforços desenvolvidos para solucionar a situação do comboio da linha do Leste, a qual tem tido pouco afluência. O objetivo é tentar aumentar a mesma e reuniram com a CP e outra empresa de turismo, de forma a potenciar aquele meio de transporte, trazendo mais visitantes ao território e ao concelho.

Raúl Cordeiro disse que ficava bem que a Presidente devia defender o relatório que apresenta e desse alguma explicação adicional ao mesmo, relativamente aos eixos principais naquele elencados. Desde logo, na questão da saúde, em que a Autarquia tinha uma intervenção limitada, mas como interlocutora dos cidadãos para esta área, parece demasiado telegráfico. Sobre a área da educação, referiu que o início do ano letivo no concelho tinha sido tudo menos normal, questionando o que se tinha passado na realidade. Quanto à agenda cultural da cidade, salientou que tinham passado os meses todos do Verão sem que nada acontecesse. Contudo, repentinamente tinham uma série de iniciativas em catadupa, como se Portalegre fosse a capital do final do Verão. Coincidentemente, aconteceu a Feira das Cebolas, sem que conseguissem ainda corrigir a data da mesma, pois não era aquela a data tradicional, mas sim na semana seguinte. Além de que tinham a feira agrícola na mesma data do Almoçassa, em Marvão, quando, na verdade, se competia pelos mesmos públicos. Havia má programação de eventos e o único que a Autarquia realizou tinha sido a Feira das Cebolas, pois os restantes apenas os tinha apoiado, em termos logísticos. Sobre as reuniões enumeradas, aquela forma não diz absolutamente nada, porque ficavam sem saber o que de importante se tinha passado nas mesmas. Disse, por fim, que gostaria que a Presidente comentasse aquelas observações. -

A Presidente da Câmara disse que em relação às questões da saúde tinham tido alguns problemas com a falta de médicos de família, em algumas freguesias. Naquele sentido, tinham sido feitas diligências para que ficasse resolvido. Continuava a haver poucos recursos humanos. Relativamente à educação, informou que o arranque do ano letivo tinha decorrido com normalidade e só houve um atraso de dois dias nas Escolas do Atalaião e Assentos, que foi comunicado à Secretaria de Estado e que teve a ver com a remoção das coberturas de fibro cimento (amianto). Salientou que naquelas mesmas escolas o pré-escolar tinha funcionado até final de julho e, portanto, não tinha sido possível remover a cobertura mais cedo. Por outro lado, a maior parte das empresas não trabalha no mês de agosto. Atualmente, a Escola dos Assentos já tem o serviço terminado e a outra também estava prestes a terminar. Salientou ainda que a intervenção ali feita, em termos de futuro, foi de veras importante e ficou sanada a questão do amianto, enquanto risco para a saúde pública. Quanto aos eventos, referiu que os mesmos eram pensados para o concelho e não só para a cidade. Na verdade, a multiplicidade de eventos que existiam nas freguesias era muita, durante os meses de julho, agosto e setembro. Não podia aceitar a crítica de falta de eventos durante o Verão. Relativamente à Feira das Cebolas disse já ter sido criticada por se ter feito a mesma no último domingo de setembro. O que sempre lhe foi dito foi que aquela feira, por tradição, foi sempre no segundo fim de semana de setembro. Por último, explicou que as intervenções nas freguesias já tinham começado nos Fortios e iriam passar por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

remendagens de asfalto, em locais mais críticos. Ainda em relação às associações culturais, informou que tinham colaborado com várias, na realização de eventos e também na programação para o próximo ano. -----

Hugo Capote salientou alguns pontos positivos na atividade municipal, como o caso da remoção do amianto nas duas escolas atrás referidas. Salientou o facto de ter sido uma questão levantada pela CDU, nas reuniões do executivo camarário e tratando-se de um assunto sensível, congratulavam-se por, finalmente, estar concretizado. Uma outra questão por eles levantada muitas vezes, a requalificação de alguns caminhos nas freguesias rurais, era mais que merecida. Por outro lado, a abordagem da saúde no relatório do executivo demonstrava que não percebiam minimamente o que se estava a passar no Hospital de Portalegre. Embora o problema das extensões de saúde fosse preocupante, evidenciou o facto de mais de 300 doentes terem saído das listas de espera do Hospital, porque há mais de seis meses que não os conseguiam operar. Lembrou que os enfermeiros tinham mais de três mil horas de trabalho extraordinário, por mês e que das 25 vagas abertas para médicos, apenas ficaram cá dois, porque mais nenhum quis vir para Portalegre. Tristemente todos os dias havia doentes que não faziam exames nem consultas em Lisboa ou em centros de referência, por não haver enfermeiros para os acompanhar. Juntando a todos aqueles factos, lembrou que a degradação dos serviços hoteleiros no Hospital estava a atingir proporções catastróficas, desde que se concessionou o refeitório a uma empresa privada de Castelo Branco. O resultado foi idêntico nas escolas, quando concessionaram as refeições das crianças, a qualidade e quantidade diminuíram. Além de que, também a Direção da Associação de Dadores de Sangue já tinha vindo a público fazer queixas do Conselho de Administração do Hospital. Em conclusão, o resultado foi mau e estava à vista de todos. Posto aquilo, disse à Presidente que em vez de ter escrito o que escreveu no relatório, mais valia não ter escrito nada. Mais disse que o Conselho de Administração da ULSNA iria cair, fruto da nova lei de gestão hospitalar, para as Unidades Locais de Saúde. Esperava pois que a Presidente do Município reunisse com quem de direito, para que o novo Conselho de Administração da ULSNA não “caísse” todo para o mesmo lado. Por último, perguntou à Presidente da Câmara sobre o que é que tinham falado na reunião com a Resopark, sobre o estacionamento na cidade. -----

A Presidente da Câmara, na questão da saúde, referiu que ouviu ali algumas coisas que desconhecia. No entanto, já tinha ouvido falar da preocupação acerca da falta de enfermeiros e sabia que tinha havido um concurso que tinha sido suspenso e que haveria uma lista ordenada que estaria à espera de autorização da tutela, para que pudessem ir buscar pessoas para serem colocadas. Também tinha conhecimento de só ficaram dois médicos, nos concursos abertos. Relativamente aos serviços hoteleiros do hospital não tinha qualquer conhecimento. Sobre as reuniões com a Resopark debateu-se o estacionamento em determinadas zonas cruciais e que inicialmente deveria haver uma benesse para as pessoas que utilizavam tais zonas. O que a Resopark entendeu foi que esbarrava com algumas dificuldades para conseguir colocar um equipamento que permitisse que as pessoas tivessem acesso a uma hora gratuita em determinados espaços, como por exemplo no Mercado Municipal. Tal devia-se ao facto de a proteção de dados não permitir a utilização do equipamento que a firma tinha começado a colocar no Porto. A solução encontrada, embora não fosse do seu agrado, era de haver uma hora no estacionamento do Mercado em que as pessoas não pagariam. No entanto, havia outras questões que tinham de ser tratadas nas zonas mais caóticas da cidade, para que a gestão fosse diferente da atual. -----

Cristóvão Crespo disse que esperava uma mostra diferente da atividade municipal. Contudo, concordava com o formato adotado pela Presidente da Câmara quanto à retirada do fibro cimento das escolas. Relativamente às candidaturas elencadas, na página 14 do Relatório, ficava com a ideia de que nem todas seriam cumulativas. Algumas estariam já no âmbito do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

PEDU. Solicitou clarificação daquela questão. Em relação ao relatório dos SMAT, disse que dava para perceber a informação prestada, através dos vários gráficos. Quanto ao estacionamento, achava que a informação mais importante não aparecia, como o volume do estacionamento e do que tinha sido o estacionamento livre, ao longo dos períodos, nos diferentes pontos da cidade.

A Presidente da Câmara, quanto à observação feita sobre o PEDU, informou que o programa envolvia várias candidaturas e que era preciso priorizar certos parâmetros. Mais disse que já tinham sido feitas candidaturas sobre as ETAR's, no valor de 700.000€ e que estavam a aguardar resposta para breve, por se tratar de questões de saúde pública, essenciais para o bem estar da população. Fizeram também uma candidatura para requalificar a cobertura do Convento de Santa Clara, porque estando ali instalada a biblioteca municipal, não podia continuar a chover lá dentro. Houve uma outra candidatura para requalificação do Museu de Tapeçarias. Contudo, nenhuma daquelas duas tinha sido ainda aprovada. Acrescentou que também foi feita uma ao nível do património cultural, para alguns eventos, a qual estava dentro da contratualização e seria supostamente aprovada. No entanto, para os 14 milhões existentes e que estavam disponíveis para o Alentejo foram apresentadas candidaturas no valor de 50 milhões de euros. Muitas ficariam para trás, o que a deixava preocupada. Mais disse que as candidaturas atrás referidas já foram elencadas, em reunião de Câmara, mas teriam que as priorizar à medida que fossem abrindo os avisos das mesmas. Por último, referiu que o Interreg só abria em outubro, tinha vindo a ser protelado e, portanto, todas as candidaturas estavam atrasadas a nível nacional.-----

2 - Ata n.º 22, relativa à reunião realizada em 30 de junho de 2016;

A Presidente da Mesa disse que na página 12 da respetiva ata, onde se lia “marco digital” deveria ler-se “marketing digital”.-----

Não havendo mais nenhuma proposta de correção, passou-se à votação.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 6 abstenções (Luís Alentejano, Manuela Pedroso, Francisco Carriço, Luís Ricardo, Fátima Antunes e António Parente) e 21 votos a favor (os restantes presentes), em 27 presenças, aprovar a ata n.º 22 de 30 junho.-----

3 - Medidas preventivas para as áreas abrangidas pelos planos de urbanização da cidade de Portalegre e da Quinta da Saúde/Salão Frio/Cabeço de Mouro - Prorrogação do prazo;

Dada a palavra à Presidente da Câmara, para apresentar o ponto a mesma disse tratar-se do cumprimento de uma disposição legal.-----

Não tendo havido intervenções passou-se à votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar o ponto.-----

4 - Acordo de regularização de dívida referente à aquisição de imóveis - Novo Banco;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Relativamente ao ponto 4 foi perguntado à Presidente da Câmara se queria pronunciar-se sobre o mesmo.-----

Tendo a mesma dito que não, a Presidente da Mesa devolveu a palavra ao Plenário.-----

Raúl Cordeiro interveio para dizer que aquele assunto, por assumir a condição de pagamento plurianual, já tinha sido votado e aprovado na reunião da Assembleia Municipal, de junho. Assim era de supor que ao ter ido à reunião de Câmara e à Assembleia Municipal, já estivessem negociadas as condições entre o Banco e a Autarquia, isto é, que o processo de negociação entre as partes estivesse completo. Contudo, chegava-se agora à conclusão que afinal as negociações não estavam concluídas. Disse ainda que foi aprovado em reunião de Câmara uma condição de pagamento ao Novo Banco, cuja taxa de juro não se percebe bem qual é, pois aparece uma coisa escrita 3M mais 0,5, que será o spread, que vem à Assembleia Municipal e quando vai para o Novo Banco a informação de que a Assembleia Municipal tinha votado favoravelmente aquele tipo de condições, o Novo Banco responde que não, que não eram aquelas as condições, mas sim outras. Entretanto, terá havido uma proposta e contra proposta, pois é assim que se fazem as negociações, mas esses elementos não constam da informação que nos foi dada. Claramente faltavam ali elementos do processo negocial que gostavam de ver esclarecidos, uma vez que vem agora para nova votação uma proposta do Novo Banco, já votada na Câmara, por maioria, em que a taxa de juro é 1,5%, o que demonstra bem a falta de poder negocial da Câmara perante aquela entidade.-----

A Presidente da Mesa leu aos presentes a informação da técnica da Autarquia, para tentar esclarecer o assunto.-----

Raúl Cordeiro reiterou que, eventualmente, os Vereadores, na reunião de Câmara, tinham sido induzidos a tomar uma posição num processo que não estava completo.-----

Luís Testa disse que quando se formula uma proposta a uma entidade bancária, a mesma assenta sobre uma prévia negociação. No caso, o proponente é o Município, pois é este quem está interessado em estabelecer aquele plano de pagamentos. Portanto, presumia que não tivesse sido uma ideia alucinada, nem dos técnicos, nem dos Vereadores do Executivo, propor aquela taxa de juro (1,5%). Quando a Câmara propõe uma taxa de juro Euribor a 3 meses, mais 0,5% de spread era porque aquela taxa de juro já resultava numa negociação vinculativa, com a entidade bancária. Portanto, parecia-lhe absolutamente inusitado que depois de a proposta ter ido à reunião de Câmara, de ter sido objeto de deliberação naquela Assembleia, de ter sido devolvida à entidade bancária, como proposta oficial do Município, correspondendo à proposta negocial da própria entidade bancária, venha esta posteriormente suscitar uma nova taxa de juro. Esta forma de negociação parece perfeitamente leonina, faz perigar a confiança naquela entidade bancária, pois não se sabe se aprovada esta taxa de juro, de futuro, o Banco não proporá outra taxa completamente diferente. Face a estes dados gostaria de obter esclarecimentos, também do ponto de vista técnico, sobre aquelas fases negociais, que levaram a que se tivessem sujeitado os órgãos do Município a deliberações que depois não tem validade, pois um Banco que negocia desta forma com o Município não é merecedor de confiança e neste momento, o que está em causa é corrigir uma deliberação já aqui tomada, de boa-fé. -----

Dada a palavra à Presidente da Câmara esta explicou que tinham tido uma reunião ali na Câmara, com o Novo Banco e que nessa reunião perguntou o que é que eles achavam de se fazer uma proposta igual à que já existia há muito tempo. O Banco mostrou abertura e por isso apareceu aquela proposta, igual à que já existia. Disse ainda que enquanto responsável pela Divisão Financeira da Autarquia tenta negociar o melhor com os Bancos. Porém, a contraproposta do Banco foi aumentar o spread e não pagar os juros. Nesse sentido, chamou a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

atenção para o segundo paragrafo do officio do Banco que diz “Mais informa que não estão a ser debitados juros à taxa legal em vigor, desde a data em que foram acordados os pagamentos que importam no valor de 223 076,70€”. Informou ainda que quando a Câmara fez a proposta inicial que supostamente tinha sido aceite, o Banco não se apercebeu da questão dos juros. O o Novo Banco estava numa altura de transição, novas pessoas pegaram nos processos e daí aparecer a contra proposta no sentido de se aumentar o spread, mas sem cobrarem os juros e por isso o assunto teve de ir novamente à Câmara e à Assembleia.-----

Jorge Isidro disse que se houve uma abertura inicial da banca para negociar um spread de 0,5%, porque é que quando a proposta foi apresentada pela Câmara teve depois uma contra proposta do Banco a triplicar o valor do spread. Mas pior ainda é o facto de a Câmara aceitar o referido valor de spread de 1,5%. Na sua opinião, a Câmara deveria ter insistido no spread 0,5%, tentado ao máximo que o Banco cedesse e se eventualmente assim não acontecesse, tentar-se um valor intermédio, mas nunca o triplo.-----

A Presidente quis intervir para esclarecer que se o spread for para 0,5%, a Câmara tem que pagar os juros comerciais vencidos, no valor de 223.076€.-----

Jorge Isidro disse que os juros não estavam a ser debitados ainda...-----

De seguida, a Presidente disse que pedia a intervenção da técnica da contabilidade, Dr^a Ester, para tentar esclarecer a questão. Tendo-lhe sido dada a palavra, a mesma referiu que, tecnicamente, a aquisição de um imóvel, não é um empréstimo. Não sendo um empréstimo, o legal em vigor é a Câmara ser obrigada a pagar juros comerciais, e não a Euribor, acrescida de um spread. Portanto, o Banco iria “perdoar” aqueles 223.000€, do atraso do nosso pagamento, que foi o tempo decorrido em que a Câmara não pagou a aquisição dos prédios da Robinson.-----

Luís Testa pediu a palavra e disse à Presidente que a mesma tinha colocado, quer o Executivo, quer a Assembleia, numa situação de precariedade política, porque antes da deliberação deveria estar segura com uma proposta comercial vinculativa, por parte da entidade bancária, de que aquela seria a taxa de juro. Por isso não tinha outra forma de votar o ponto, senão de forma negativa, como censura à postura da Presidente de Câmara, porque o que aconteceu foi que a proposta votada foi trazida aos órgãos, com base numa conversa e numa expectativa.-----

A Presidente da Câmara reiterou que foi feita uma proposta ao Banco, por escrito, simplesmente o Banco é que na altura não se apercebeu que havia juros em dívida.-----

Hugo Capote disse que não se podia trazer aos órgãos executivo e deliberativo, um negócio em que a Câmara era parte integrante, vinculando primeiro o Executivo e depois aquela Assembleia, se não existir nada escrito. O que percebeu foi que inicialmente tinha havido uma conversa com o Novo Banco, que aceitava o spread de 0,5%. Portanto disse que ou a Presidente dizia que estava escrito que o novo Banco tinha aceite a proposta de 0,5 de spread, ou então era melhor não dizer mais nada. E Perguntou à Presidente da Câmara se estava escrito que o Novo Banco perdoava os juros à Câmara Municipal. A Presidente da Câmara informou que onde estava indicado o montante da dívida não estavam lá os juros.-----

Porém, Hugo Capote referiu que o documento que contém o plano de amortização diz “ trinta amortizações trimestrais sucessivas e postecipadas, mais juros.-----

A Presidente da Mesa acrescentou que não são 30 mas são 40. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Câmara disse que foi enviado à Presidente da Assembleia Municipal, um e-mail para corrigir aquela situação, que a Presidente da Mesa pediu que fosse distribuído.-----

Jorge Isidro perguntou à Presidente se existe, por parte do Novo Banco, um documento escrito a aprovar os 0,5% de spread.-----

Cristóvão Crespo disse que naquele processo o PSD se tinha absterido, no princípio de que o que interessava era resolver o problema e pagar. Contudo, após ter lido aquela comunicação do Banco, havia uma parte que os deixava numa posição difícil, pois a mesma refere que as restantes condições contratuais não referidas nesta comunicação serão remetidas para o contrato a celebrar entre as partes. Portanto vai haver mais um contrato, após a nossa decisão. Portanto, o ponto em questão não devia ser votado.-----

João Cardoso entendia que o importante era começar a pagar, porque se assim não fosse continuariam a vencer-se juros. Disse que a Câmara era uma pessoa de bem e que a proposta que fez tinha sido ali aprovada, na sequência de uma solicitação do Novo Banco. A mesma não foi aceite e negociou-se novamente com o Banco, não estando a contabilizar-se os juros já vencidos. Portanto, era de opinião que a proposta ali levada fosse aceite e se começasse a pagar aquilo que se devia.-----

Jorge Isidro disse que os pagamentos tinham de ser feitos em função duma negociação clara, que defenda o Município. Infelizmente, não estão na posse de todos os dados da negociação. Supunha que o spread de 0,5% tinha sido aceite pelo Banco. No entanto, foram ali confrontados com um spread no valor de 1,5%. Por isso, não se deveria pagar a dívida a qualquer preço.-----

Hugo Capote disse concordar, quase integralmente com a intervenção do membro João Cardoso. Mas a questão era saber-se quando e como. O que era necessário saber era se o Novo Banco tinha uma proposta vinculativa com todas as condições acordadas.-----

A Presidente da Câmara afirmou estar a defender os interesses do Município, tanto que estava em cima da Mesa um perdão de juros na ordem dos 223.000€. Contudo e perante algumas indefinições, iriam pedir mais esclarecimentos à entidade bancária, sendo que aquilo que aparecia no contrato não poderia ir além do que o que ali estava. Habitualmente, o procedimento era assim nas negociações com os Bancos.-----

A Presidente da Mesa pediu confirmação à Presidente da Câmara se o ponto seria para retirar da ordem de trabalhos.-----

Jorge Isidro perguntou à Presidente de Câmara se efetivamente, o Novo Banco tinha perdoado aquela verba ao Município.-----

Luís Testa disse que a Presidente defendeu os interesses do Município, mas não da forma mais competente. A questão essencial era que a Presidente da Câmara nunca poderia ter colocado para deliberação, nem no Executivo, nem numa Assembleia Municipal, uma proposta que não fosse efetivamente vinculativa. E o pior é que a mesma se tinha baseado numa suposição de que a taxa de juro era arrastada do contrato passado para o atual, para propor a deliberação ao Executivo e à Assembleia. Portanto, era aquilo tipo de expediente que a Assembleia Municipal, enquanto órgão que escrutina a atividade do Município, não podia nem deveria deixar passar em claro. Portanto, quando nos assumimos aqui tanta dívida mesmo a que não devíamos ter assumido, quando se coloca uma que tem uma natureza não tao duvidosa como outras, o que exijo é ter as garantias necessárias daquilo que estamos a aprovar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Luís Alentejano disse que, perante o documento que lhes tinha sido entregue, se fosse para que o Banco cobrar outro tipo de encargos, teriam de estar ali incluídos.-----

A Presidente da Mesa disse que iriam votar a retirada daquele ponto. Questionou se alguém se opunha à retirada do mesmo.-----

A Presidente da Camara interveio para dizer que não tinha retirado o ponto.-----

A Presidente da Mesa disse que já tinha perguntado à Presidente da Camara se era sua iniciativa, sua intenção retirar o ponto, uma vez que era a proponente do mesmo, para colocar à votação a sua retirada.-----

A Presidente da Camara disse que a Camara não retira o ponto, já o votou e a Assembleia é que tem decidir se quer retirar o ponto, porque a Ordem é da Assembleia.-----

Sendo assim, a Presidente da Mesa disse que iriam votar o ponto.-----

Rui Simplício pediu a palavra para referir que a proposta não era da Assembleia Municipal. E mais, que a Assembleia Municipal sobre aquele assunto já se tinha manifestado. Salientou que os homens do Banco tinham percebido até bem demais o que a proposta envolvia. A Presidente da Câmara não se deveria iludir com os propósitos da entidade bancária.-----

A Presidente da Mesa voltou a perguntar ao executivo municipal se desejava retirar a proposta. Se assim não fosse, votariam o ponto, como inicialmente previsto.-----

Deliberação: Terminadas as intervenções e posto o ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 15 votos contra (8 PS, 4 CDU, 2 PSD e Jorge Isidro), 1 abstenção (da Presidente da Mesa) e 11 votos a favor (CLIP), em 27 presenças, não aprovar o ponto em causa.-----

Jorge Isidro solicitou à Mesa que lhe fizessem chegar por escrito todos os documentos que faziam parte daquela negociação.-----

5 - 2.ª Revisão Orçamental e 2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de 2016 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

Dada a palavra à Presidente esta deu-a ao Vereador António Landeiro que explicou que a revisão orçamental se baseava essencialmente em dois pontos: na revisão do plano de investimentos, inscrição de novas rubricas, visto que havia candidaturas em processo e, em segundo lugar, no aumento do valor da faturação, em virtude do consumo e dos resíduos ter aumentado. No âmbito da receita houve um aumento de 59.750€ e nos plurianuais também houve várias alterações para fazer, face àquilo que eram os projetos mais diretos como a aquisição de viatura e outros materiais. O reforço global tinha um valor total de 142.250€.-----

Não havendo intervenções foi colocado o ponto a votação.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 22 votos a favor, em 22 presenças (8 PS, 4 CDU, 7 CLIP, c/ exceção dos Presidentes de junta CLIP que não estavam na sala, 2 PSD e Jorge Isidro), aprovar o ponto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

6 - Proposta relativa à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) Derrama, Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI);

Não havendo intervenções o ponto foi colocado a votação.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 18 votos a favor (7 PS, 4 CDU, 7 CLIP, c/ exceção dos Presidentes de junta CLIP que não estavam na sala) e 4 abstenções (Rui Simplicio, Jorge Isidro, Fátima Antunes e Cristóvão Crespo), em 22 presenças, aprovar o ponto.

7 - Internalização do MMPO - Relatório de Liquidação e Demonstrações Financeiras;

A Presidente da Mesa deu início à discussão do ponto, tendo perguntado à Assembleia se alguém no Plenário se queria pronunciar sobre o mesmo.-----

Dada a palavra a Hugo Capote o mesmo disse que aquele ponto era suficientemente importante e como tal gostaria de fazer algumas perguntas de esclarecimento, antes de se passar à votação. Nesse sentido gostaria de ouvir a Presidente da Câmara elucidar os presentes sobre a forma como o processo tinha decorrido até ao momento. Ou seja, depois da decisão de internalização daquela empresa municipal, que decorreu de uma produção legislativa do anterior governo, no sentido de acabar com todas as empresas municipais e fundações, de modo a reduzir a despesa pública, gostaria que fizesse um breve resumo destes três anos. Perguntou quem decidiu e quando, a comissão liquidatária, que é formada por três elementos do executivo em permanência, que ação teve a mesma comissão durante todo este processo, se o processo de renegociação com a banca tinha sido conduzido pela mesma, com ou sem conhecimento da Presidente da Câmara, com ou sem conhecimento do restante executivo. Se o empréstimo resultou de uma proposta vinculativa do banco, se ela foi ao executivo, se a decisão foi tomada em executivo e, finalmente, que tipo de apoio técnico, jurídico e legal é que tinha havido em concreto.-----

Dada a palavra à Presidente da Câmara, a mesma informou que por força de lei a camara tinha-se visto obrigada a internalizar o Mercado Municipal de Portalegre, SA, devido aos seus resultados negativos. Na altura, em 1/6/2013, o conselho de administração do MMPO passou a ser nomeado comissão liquidatária. Essa comissão era composta por três elementos, que não os atuais. Esta comissão saiu em 2/12/2013, sem ter conseguido fazer a liquidação do MMPO, SA. O que parecia simples, na altura, tornou-se complexo, porque havia determinadas diligências a fazer, do ponto de vista administrativo, como o registo de atas e outros processos que tinham que ser tramitados. Entretanto, decorreu algum tempo em que o cenário previsível era o da ida ao FAM e nesse contexto e por força da lei dos compromissos, todas as dívidas que existiam tinham que estar negociadas, com planos de pagamento. Neste contexto, disse ter ido à CGD para negociar toda a dívida da Câmara, inclusive a dívida do MMPO, SA, que fazia parte da consolidação de contas. Afirma por isso que acompanhou as negociações junto da CGD, acompanhada da comissão liquidatária, no sentido de não prejudicar o erário público. A internalização era mesmo necessária e já se tinha prolongado demasiado no tempo. No dia 21 de julho a Caixa Geral de Depósitos enviou uma proposta para se concretizar um plano de pagamentos, com base no que tinha sido a negociação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Entretanto, a comissão liquidatária aceitou a dita proposta, à qual não era alheia, por ter acompanhado todas as diligências relativas a esta negociação. Atualmente, toda a dívida da Câmara teve de ser toda ela renegociada, referindo que foi a negociação possível. Quanto ao montante global do empréstimo, que consta do relatório, o mesmo também teve a ver com um aumento numa renegociação do mesmo, em 20/9/2013, de que a Câmara teve conhecimento mais tarde, feita pelo anterior Conselho de Administração do Mercado, referente ao spread, que passou de 1,25 para 5,25%.....

Hugo Capote voltou a intervir para realçar que do que tinha ouvido podia concluir que a Presidente da Câmara teve sempre a par das negociações com a CGD. Perguntou novamente à mesma se tinha noção, se achava que havia algum problema no facto da comissão liquidatária assumir, ela própria, um encargo daquela grandeza, sem auscultar o resto do órgão executivo, porque quem assume este compromisso é a Câmara, não é a Presidente, nem é só a Comissão liquidatária, que é nomeada pelo acionista, que no caso é um acionista único, que tem um órgão de gestão, que é o executivo, do qual três membros foram amputados desta tomada de decisão.....

Dada a palavra à Presidente para resposta, a mesma disse que obviamente que o assunto deveria ter ido a reunião de Câmara, que a Comissão Liquidatária teria que o fazer então fez. No entanto, não o fez, tal como não o fez o anterior Conselho de Administração, quando negociou o spread, em 2013. Do ponto de vista formal tal teria que acontecer: Mas é para isso que existem os órgãos, é para sanar estas situações. Não há dolo, nem intencionalidade de prejudicar o Município, tentou-se apenas resolver a situação. Disse ainda que provavelmente, teria havido alguma precipitação, por ser final de julho, mas de facto tal já tinha acontecido antes, embora não fosse desculpável e que a negociação em nada prejudicava o Município de Portalegre.....

Hugo Capote disse estar admirado com o que ouviu. Quando foi para acompanhar as negociações a Presidente do Município esteve presente. No entanto, agora atirou ali para cima da sua própria Comissão Liquidatária a responsabilidade de não ter levado o assunto a reunião do executivo. Mais disse que quando as coisas lhe correm bem, lá está a aparecer ao lado do Ministro, quando as coisas lhe correm mal, foi a comissão liquidatária que não o fez. E concluiu dizendo que tal procedimento mede o carácter das pessoas.....

Luís Testa interveio de seguida e disse que corria, conscientemente, o risco de, conhecendo as pessoas da Comissão liquidatária, dizer que a mesma não só não teve dolo, como teve boa-fé, porque se escudou numa decisão política, tomada pela Presidente da Câmara. Que a Presidente deveria ter colocado o assunto à deliberação do executivo a que preside e à da Assembleia Municipal, que escrutina a atividade do Município. Mais disse que não imputava qualquer responsabilidade, nem de natureza económico financeira, nem de natureza administrativa e muito menos de natureza política, à Comissão Liquidatária, porque a Sr.^a Presidente não teve a coragem de assumir, mas a única responsável por aquela situação era ela própria. Tal como na situação do Novo Banco, a Presidente da Câmara não teve respeito pelos órgãos democraticamente eleitos, pelas suas competências e atribuições, usurpou o poder do órgão coletivo para determinar uma negociação com uma entidade bancária e portanto, o ato será eventualmente nulo e, mais uma vez, enquanto elemento do órgão de escrutínio da Câmara, não poderia votar conscientemente a favor daquela situação. A conclusão que dali retirava era que a Presidente da Câmara Municipal não está preparada para o desempenho das funções que tem.....

Jorge Isidro interveio para disse que errar é humano. Contudo, o erro serve para se procurar não o cometer no futuro. Em relação àquele processo, não podia votá-lo favoravelmente, pois o mesmo não estava claro.....



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote, repegando no que já havia sido dito, se tivesse havido respeito pelo executivo e pela assembleia, todos tinham votado o ponto. Todos já todos tinham percebido que havia ali um ato que seria vantajoso para a Câmara, porque poderia ser negociado por uma empresa que não estava sob os mesmos constrangimentos que o executivo tinha. Também é sintomático que naquela Assembleia Municipal, com tema destes, o chefe da divisão financeira não estivesse presente. Voltou a questionar a Presidente da Câmara sobre o tipo de acompanhamento técnico e jurídico que tinha tido naquele assunto. Do ponto de vista de gestão o ato não podia ter chegado à Assembleia naqueles moldes, nem se pode requerer ratificar um empréstimo de quase um milhão de euros, pedindo ao órgão fiscalizador de ação da Câmara, que ratifique um ato nulo, pois isso era pedir a própria negação daquela Assembleia e que os membros eleitos não fizessem nada, daquilo para que foram eleitos. Portanto, era absolutamente impossível votarem a favor do ponto em causa. Lembrou o facto de a CDU ter proposto, em setembro de 2015, uma discussão pública para relançar o Mercado, em executivo camarário. Contudo, a CLIP chumbou-a. Um ano depois, veio dizer que o Mercado estava com problemas e que as dívidas já vinham de trás. Não fazia sentido terem votado contra um pedido de discussão pública de soluções para o Mercado. Por último, disse que a CDU iria votar contra, mas que a culpa não era da Comissão Liquidatária, mas da Presidente da Câmara Municipal. -----

A Presidente da Câmara pediu a palavra para dizer que assumia sempre as suas responsabilidades, sem nunca fugir das mesmas. Expressou o facto de outrora também houve, incompetência e ninguém ali a referiu. -----

A Presidente da Mesa disse que, por se falar em incompetência, se devia ter presente o que agora diz o art.º 164.º do CPA, que abre uma porta a que o caso possa ser solucionado. Esta é aliás uma novidade da última revisão do CPA, que permite que os atos nulos possam ser objeto de reforma ou conversão. E que em caso de incompetência, o poder de ratificar o ato cabe ao órgão competente para a sua prática. Mais disse que partilhava da opinião de que o ato em questão, por não ter o aval do acionista, era um ato nulo, mas que eventualmente poderia estar aqui, para futuro, uma saída. -----

Luís Testa, em primeiro lugar, apreciava as cautelas em levar ali a legislação que permitiria sanar aquele vício. Contudo, disse que não eram uma mera assembleia de acionistas, mas sim um órgão político, o qual tinha como principal função o escrutínio político da atividade do executivo municipal. Portanto, a Assembleia Municipal não podia sancionar um ato praticado pela Presidente de Câmara, que tinha amputado a Assembleia Municipal daquela sua maior função. Acrescentou que a Presidente da Câmara não podia dizer-lhes, ali, para abdicarem da principal função para a qual foram eleitos, fiscalizar e escrutinar a atividade do município de Portalegre. -----

A Presidente da Mesa sublinhou que continuava a partilhar da opinião de que o empréstimo em causa precisava da autorização do acionista e por isso era nulo e desse ponto de vista teria de acompanhar o sentido da votação, em conformidade. -----

Deliberação: Terminadas as intervenções e posto o ponto a votação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 16 votos contra (8 PS, 4 CDU, 2 PDS, 1 CLIP (Presidente da Assembleia) e Jorge Isidro), 5 abstenções (Miguel Serafim, João Janeiro, Francisco Carriço, Bruno Calha, Luís Ricardo) e 6 votos a favor (CLIP), em 27 presenças, não aprovar o relatório de liquidação e demonstrações financeiras da Comissão Liquidatária do MMPO. -----

Declaração de voto - PS (Luís Testa)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

“Esta declaração de voto é breve e que tem como único destinatário a Comissão Liquidatária: A solidariedade total relativamente à ação prosseguida, confiança na boa-fé dos atos praticados e repúdio pela traição política de que foram alvo.”

8 - Informação nº 3216 do Serviço de Finanças/Património, de 12 de setembro de 2016, na sequência do requerimento de Isabel Medeiros Soares, de 9 de setembro de 2016, a solicitar a mudança de titularidade do lote 249, da Zona Industrial, para nome da empresa Portus Alacer Reciclagem de Metais Unipessoal, Ld.ª;

Não houve intervenções a registar. O ponto foi colocado a votação.-----

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 27 votos a favor, em 27 presenças, aprovar o ponto.-----

9 - Informação n.º 2510, de 20 de julho de 2016 da DOPGU, referente ao pedido de redução de taxas urbanísticas, apresentado pela Herdade da Abrunheira, Projetos de Desenvolvimento Turísticos e Imobiliários, SA, relativo às operações urbanísticas do prédio sito na Herdade da Abrunheira, na freguesia da Urra/Reconhecimento do Interesse Público do Empreendimento;

Dada a palavra a Rui Simplício o mesmo interveio para perguntar à Presidente da Câmara se aquela redução de taxas era temporalmente imitada ou ilimitada.-----

A Presidente da Câmara informou que seria enquanto durasse o alvará e o licenciamento.-----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma 1 abstenção (Rui Simplício) e (restantes) 25 votos a favor, em 26 presenças (Ana Soares não estava na sala) aprovar o ponto.-----

10 - Minuta de contrato de obras de urbanização referente à operação de loteamento da Herdade da Abrunheira, sito na freguesia da Urra.

Não houve intervenções. O ponto foi colocado a votação.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma 1 abstenção (Rui Simplício) e (restantes) 25 votos a favor, em 26 presenças (Ana Soares não estava na sala) aprovar o ponto.-----

Cristóvão Crespo pediu a palavra, para dizer que embora não dizendo respeito ao ponto acabado de ser votado, gostaria de dizer que na Ata votada no ponto 2, lhe tinha passado uma observação que gostava de ver corrigida, na pag 24, a propósito da expressão “ saiu da sala”, que gostava de ver substituída por “ não estava na sala”.

Aprovação em minuta:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada, por unanimidade dos 26 presentes na sala.-----

FALTAS: Nos termos da alínea j), do art.º 29.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Mesa da Assembleia Municipal marcou falta ao Sr. Artur Correia.-----

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar foi, pela Presidente da Mesa, encerrada a 13.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal, era 23.59h, do dia 30 de setembro do ano de 2016 e da mesma foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----